

*Elpídio* **Donizetti**

*Curso Didático de*

# **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**22.<sup>a</sup>** | revista,  
edição | atualizada  
e ampliada

 | atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
 Copyright © 2019 by  
**EDITORA ATLAS LTDA.**  
 Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
 Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP  
 Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770  
 faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 14.01.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

D737c  
 Donizetti, Elpidio

Curso Didático de Direito Processual Civil / Elpidio Donizetti. – 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-97-01963-6

1. Direito processual – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

18-54095

CDU: 347.91/95(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

1141756

# Sumário

---

## Parte Geral

### Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

<b>O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do novo Código.....</b>	<b>3</b>
<b>1. O Direito Processual Civil .....</b>	<b>3</b>
1.1 Conceito e fontes .....	3
1.2 O Direito Processual Civil na perspectiva do novo Código .....	8
1.2.1 A estrutura do novo Código.....	9
1.2.2 Os diversos tons do novo Código.....	11
1.2.3 <i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém.....	14
1.2.3.1 O Direito Processual no Brasil.....	15
1.3 O sistema de precedentes consolidado pelo novo CPC.....	18
<b>A principiologia do novo Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais .....</b>	<b>25</b>
<b>1. Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo.....</b>	<b>25</b>
1.1 Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo .....	26
1.2 O “modelo constitucional do processo” .....	28
<b>2. Princípios processuais como direitos fundamentais .....</b>	<b>29</b>
2.1 Introdução: princípios, regras e valores.....	29
2.2 Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais) .....	31
2.3 Posituação infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais.....	32

2.4	Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais.....	32
3.	Os princípios e as garantias processuais no novo Código de Processo Civil.....	32
3.1	Princípio do devido processo legal.....	34
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º.....	36
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º.....	37
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º.....	38
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º.....	38
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º.....	40
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º.....	42
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10.....	43
3.9	Princípio da ampla defesa.....	45
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º.....	47
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º.....	47
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º.....	49
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º.....	50
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º.....	50
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º.....	51
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º.....	52
3.17	Princípio da lealdade processual.....	52
3.18	Princípio da motivação – art. 11.....	53
3.19	Princípio da cronologia – art. 12.....	54
3.20	Princípio da imparcialidade.....	55
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência.....	56
4.1	Princípio do juízo natural.....	56
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	57
4.3	Princípio da identidade física do juiz.....	58
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível).....	59
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade).....	59
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição.....	60
4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo.....	60
4.8	Princípio da instrumentalidade das formas.....	60
4.9	Princípio da economia processual.....	62

4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado).....	62
4.11	Princípio da verdade real.....	64
4.12	Princípio da oralidade.....	64
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo .....	65
4.14	Princípio da congruência .....	65
	<b>Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15).....</b>	<b>69</b>
1.	Introdução .....	69
1.1	A lei processual civil no espaço .....	69
1.2	A lei processual civil no tempo.....	71
1.2.1	Direito intertemporal no novo CPC.....	75
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias.....	77
	<b>Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil.....</b>	<b>81</b>
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual.....	81
2.	Jurisdição .....	82
2.1	Conceito de jurisdição .....	82
2.2	Características da jurisdição .....	82
2.2.1	Unidade .....	82
2.2.2	Secundariedade .....	85
2.2.3	Substitutividade.....	87
2.2.4	Imparcialidade.....	88
2.2.5	Criatividade .....	89
2.2.6	Inércia.....	90
2.2.7	Definitividade.....	91
2.3	Princípios da jurisdição .....	92
2.3.1	Princípio do juízo natural .....	92
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade .....	94
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade) .....	95
2.3.4	Princípio da inevitabilidade.....	95
2.3.5	Princípio da indelegabilidade.....	96
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	96
3.	Tutela jurisdicional .....	99
3.1	Principais espécies de tutelas jurisdicionais.....	101
3.2	Sistematização das tutelas jurisdicionais .....	104
3.3	Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu.....	107

3.4	Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil.....	108
4.	Meios alternativos de pacificação social.....	111
4.1	Autotutela.....	112
4.2	Mediação e conciliação.....	113
4.3	Julgamento por órgão administrativo.....	114
5.	Arbitragem.....	115
6.	Ação.....	118
6.1	Conceito e evolução.....	118
6.2	O novo CPC e as “condições da ação”.....	122
6.3	Elementos da ação.....	123
6.4	Classificação das ações.....	126
7.	Processo.....	130
7.1	Conceito.....	130
7.2	As várias visões do processo.....	134
7.2.1	Processo e procedimento.....	134
7.2.2	Processo como contrato.....	135
7.2.3	Processo como quase contrato.....	136
7.2.4	Processo como relação jurídica.....	136
7.2.5	Processo como situação jurídica.....	137
7.2.6	Processo como instituição jurídica.....	137
7.2.7	Processo como procedimento em contraditório.....	138
7.2.8	Processo como entidade complexa.....	138
7.3	Sujeitos do processo.....	140
7.4	Espécies de processo.....	140
8.	Pressupostos processuais.....	141
9.	Pressupostos e requisitos processuais.....	142
10.	Os diversos planos do mundo jurídico.....	143
10.1	O plano da existência.....	143
10.2	O plano de validade.....	144
10.3	O plano de eficácia.....	144
11.	Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais.....	144
11.1	Pressupostos processuais subjetivos.....	145
11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda ...	149
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade.....	149
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual.....	156
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos).....	158

11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo .....	160
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte.....	164
11.8	Teorias da exposição e da asserção.....	165
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais.....	167
<b>A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41).....</b>		<b>171</b>
1.	Introdução .....	171
2.	Limites da jurisdição nacional .....	172
2.1	Competência concorrente .....	173
2.2	Competência exclusiva .....	176
2.3	Cláusula de eleição de foro.....	177
3.	Cooperação internacional .....	178
3.1	Introdução .....	178
3.2	Autoridade central.....	179
3.3	Reciprocidade.....	180
3.4	Mecanismos de cooperação internacional .....	181
3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta).....	181
3.4.2	Carta rogatória .....	183
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira.....	184
<b>Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69) .....</b>		<b>187</b>
1.	Introdução .....	187
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional.....	188
2.1	Princípio do juízo natural.....	188
2.2	Princípio da competência sobre a competência ( <i>Kompetenzkompetenz</i> ).....	188
2.3	Princípio da perpetuação da competência ( <i>perpetuatio jurisdictionis</i> ).....	188
3.	Critérios determinativos da competência.....	189
3.1	Critério objetivo.....	190
3.1.1	Competência em razão do valor da causa .....	190
3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa .....	191
3.2	Critério funcional.....	194
3.3	Critério territorial.....	195
3.3.1	Foro geral .....	195

3.3.2	Foros especiais.....	197
4.	Metodologia para determinação da competência .....	200
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	202
6.	Modificação da competência.....	203
6.1	Prorrogação.....	204
6.2	Conexão e continência.....	204
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência) .....	207
7.	Prevenção.....	208
8.	Regra da acessoriedade .....	210
9.	Conflito de competência.....	210
10.	Cooperação nacional.....	211
7.	Partes e procuradores (arts. 70 a 112) .....	217
1.	Partes .....	217
1.1	Conceito.....	217
1.2	Capacidade de ser parte.....	219
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação ad processum: diversos nomes para o mesmo conceito .....	220
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges.....	222
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75.....	224
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação.....	226
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores .....	227
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé.....	230
1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do novo Código de Processo Civil .....	233
1.6.1	O pagamento das despesas processuais .....	234
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais...	234
1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo .....	235
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade .....	237
1.6.2	Os honorários advocatícios .....	239
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais .....	243
1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários .....	245
1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos .....	253
2.	Procuradores .....	257



2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados .....	257
2.2	Procuração assinada digitalmente.....	259
2.2.1	Requisitos da procuração.....	260
2.3	Direitos dos advogados.....	260
3.	Sucessão das partes e dos procuradores.....	263
	<b>Litisconsórcio (arts. 113 a 118) .....</b>	<b>265</b>
1.	Conceito .....	265
2.	Classificação do litisconsórcio .....	266
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio .....	267
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual .....	268
4.	Litisconsórcio unitário e necessário.....	269
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo.....	270
6.	Litisconsórcio multitudinário .....	272
7.	Autonomia dos litisconsortes.....	273
	<b>Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138).....</b>	<b>279</b>
1.	Noções gerais.....	279
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no novo CPC .....	280
2.	Assistência (arts. 119 a 124) .....	281
2.1	Conceito.....	281
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente ...	282
2.2.1	Assistência simples.....	282
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão .....	283
2.2.2	Assistência litisconsorcial .....	284
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação.....	285
3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129).....	287
3.1	Conceito.....	287
3.2	Hipóteses de admissibilidade.....	287
3.3	(Não) obrigatoriedade da denúnciação .....	290
3.4	Procedimento.....	291
3.5	Procedimentos que admitem a denúnciação .....	292
3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora.....	293
3.7	Julgamento da denúnciação da lide e verbas de sucumbência ....	295
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132).....	297
4.1	Conceito.....	297

4.2	Hipóteses de admissibilidade.....	298
4.3	Procedimento.....	299
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos.....	300
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	302
5.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (arts. 133 a 137).....	303
5.1	Noções gerais .....	303
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma .....	305
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente.....	306
5.4	Desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	306
5.5	Hipóteses de cabimento.....	308
5.6	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica.....	309
5.7	Efeitos da desconsideração.....	310
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	312
6.1	Introdução .....	312
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	314
6.3	Natureza jurídica .....	315
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade .....	315
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais	316
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	317
6.5.2	Procedimento para a intervenção.....	318
6.5.3	Momento para a intervenção .....	319
6.5.4	Interposição de recursos .....	320
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção .....	320
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas .....	321
6.5.5	Necessidade de advogado .....	322
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do novo CPC?.....	323
8.	A intervenção anômala das pessoas de Direito público .....	324
10.	O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175).....	327
1.	Poderes, deveres e responsabilidades do juiz .....	327
2.	O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional .....	334

3. Limites da decisão.....	335
4. Princípio da identidade física do juiz.....	335
5. Responsabilidades do juiz.....	336
6. Impedimentos e suspeição.....	337
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos .....	340
7. Auxiliares da justiça.....	342
<b>As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 e art. 133 da CF) .....</b>	<b>349</b>
1. Introdução .....	349
2. As funções essenciais à justiça.....	351
2.1 O Ministério Público.....	351
2.1.1 Natureza da atuação.....	352
2.1.2 Princípios institucionais.....	353
2.1.3 Formas de atuação .....	354
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo.....	357
2.1.5 Prazos e responsabilidades .....	357
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência.....	358
2.1.7 Legitimidade para recorrer .....	359
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil .....	359
2.2 A Advocacia Pública .....	364
2.2.1 Funções.....	365
2.2.2 Autonomia .....	365
2.2.3 Formas de atuação .....	367
2.2.4 Prazos e responsabilidades .....	367
2.3 A Defensoria Pública .....	369
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea.....	370
2.3.2 Funções.....	370
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no novo CPC.....	372
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade .....	374
2.3.4 Princípios institucionais.....	376
2.3.5 Prazos e responsabilidades .....	377
2.4 A Advocacia Privada.....	379

12. Atos processuais (arts. 188 a 293) .....	381
1. Conceito .....	381
2. Classificação dos atos processuais .....	382
2.1 Atos das partes .....	382
2.2 Pronunciamentos (ou atos) do juiz .....	383
2.2.1 Sentença .....	384
2.2.2 Acórdão .....	384
2.2.3 Decisão monocrática de relator .....	384
2.2.4 Decisão interlocutória .....	385
2.2.5 Despachos .....	385
2.3 Atos do escrivão .....	386
3. Forma dos atos processuais .....	386
3.1 Convenção acerca da prática dos atos processuais .....	388
4. Atos processuais praticados por meio eletrônico .....	391
4.1 Assinatura eletrônica .....	391
4.2 Informática jurídica .....	394
5. Linguagem utilizada nos atos processuais .....	397
6. Publicidade dos atos processuais .....	398
7. O tempo e o lugar dos atos processuais .....	398
8. Férias e feriado forenses .....	400
9. Os prazos processuais .....	404
9.1 Classificação dos prazos .....	406
9.2 Principais prazos para a prática de atos processuais .....	409
9.3 O curso dos prazos .....	412
9.4 Contando os prazos .....	414
9.4.1 Termo inicial dos prazos .....	415
9.4.2 Algumas regras especiais sobre contagem de prazo .....	418
9.5 Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública .....	419
10. Preclusão .....	419
11. Descumprimento de prazos e penalidades .....	421
12. Comunicação dos atos processuais .....	422
12.1 Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações .....	422
12.2 Citação .....	425
12.2.1 Citação pelo correio. É a regra. ....	426
12.2.2 Citação por oficial de justiça .....	428
12.2.3 Citação por edital .....	429

12.2.4	Citação por meio eletrônico .....	429
12.2.5	Efeitos da citação .....	429
12.3	A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação .....	431
12.4	Declaração de ofício da prescrição e da decadência .....	433
12.5	Intimação .....	434
13.	Nulidades .....	435
13.1	Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia.....	436
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa .....	436
13.3	Sistema de nulidades no CPC .....	437
13.3.1	Considerações gerais .....	437
13.3.2	Momento de arguição da nulidade .....	438
13.3.3	Decretação da nulidade e seus efeitos .....	438
13.3.4	Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público.....	439
14.	Tutela provisória (arts. 294 a 311) .....	445
1.	Noções gerais.....	445
2.	A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias....	447
3.	Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias .....	450
3.1	A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295).....	450
3.2	A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, <i>caput</i> ) .....	450
3.3	O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único) .....	451
3.4	Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298).....	452
3.5	A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299) .....	452
3.6	Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado .....	453
4.	Tutela provisória e recurso .....	453

5. Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	455
6. Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada).....	457
6.1 Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada) .....	457
6.2 Requisitos para concessão das tutelas de urgência.....	458
6.3 Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência.....	459
6.4 Momento para o deferimento das tutelas de urgência .....	460
6.5 A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada.....	461
6.6 Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência ..	462
6.6.1 Sentença desfavorável (art. 302, I) .....	464
6.6.2 Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II) .....	464
6.6.3 Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III) .....	465
6.6.4 Acolhimento da alegação de decadência ou prescrição (art. 302, IV) .....	465
7. Da tutela cautelar .....	466
7.1 Das tutelas idôneas para asseguaração do direito .....	466
7.2 A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo .....	468
7.3 A tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	469
7.3.1 Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente .....	469
7.3.2 Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar ...	470
7.3.3 As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo.....	471
7.3.4 Momento para formulação do pedido principal .....	473
7.3.5 E se o pedido principal não for apresentado no prazo de 30 dias da efetivação da tutela cautelar? .....	475
7.3.5.1 Consequências do indeferimento ou da não efetivação da tutela cautelar .....	476
7.3.6 O pedido principal – procedimento.....	477
7.3.7 Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar.....	479
8. Da tutela antecipada .....	481
8.1 Linhas gerais sobre a tutela antecipada.....	481
8.2 Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada .....	482

8.3	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	483
8.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	484
8.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar .....	485
8.3.3	O aditamento da petição inicial e a citação do réu.....	485
8.3.4	A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente .....	487
8.3.4.1	Estabilização da tutela antecipada – um bicho de duas cabeças .....	489
8.3.5	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada.....	489
8.3.6	Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada .....	491
8.3.7	A estabilização da tutela antecipada se aplica às ações possessórias? .....	493
9.	Da tutela da evidência .....	495
9.1	Noções gerais .....	495
9.2	Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência.....	497
<b>14.</b>	<b>Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317) .....</b>	<b>505</b>
1.	Visão geral do processo.....	505
2.	Formação da relação processual .....	505
2.1	Estabilização do processo .....	506
3.	Suspensão do processo.....	507
3.1	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I).....	508
3.2	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II).....	509
3.3	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição .....	509
3.4	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas .....	509
3.5	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i> ).....	509
3.6	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI).....	510
3.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII).....	511

3.8	Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VIII).....	512
3.9	Suspensão em razão de parto, adoção ou paternidade (art. 313, IX e X).....	512
3.10	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso .....	514
4.	Extinção do processo.....	514

## Parte Especial

### Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1.	Procedimento comum (arts. 318 a 512).....	519
1.	Noções gerais.....	519
2.	Determinação do procedimento.....	520
3.	Visão geral do procedimento comum .....	520
4.	Fase postulatória .....	522
4.1	Petição inicial .....	522
4.1.1	Requisitos da petição inicial .....	522
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º .....	525
4.1.2	O pedido e suas espécies .....	526
4.1.3	Alteração do pedido .....	528
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação .....	528
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição .....	528
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	528
4.2.3	Deferimento da petição inicial.....	529
4.2.4	Indeferimento da petição inicial.....	529
4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial.....	531
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar .....	531
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar .....	535
4.3	Audiência conciliatória.....	535
4.4	Resposta do réu.....	538
4.4.1	Exceção de impedimento ou suspeição.....	538
4.4.2	Contestação.....	543
4.4.2.1	Convenção de arbitragem .....	547
4.4.2.2	Alegação de ilegitimidade do réu .....	549



4.4.2.3	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu .....	550
4.4.2.4	Contagem do prazo para a contestação .....	552
4.4.3	Reconvenção .....	552
4.4.4	Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta....	555
4.5	Revelia .....	556
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo.....	559
5.1	Extinção do processo .....	559
5.2	Julgamento antecipado do mérito .....	560
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito .....	561
6.	Saneamento e organização do processo .....	562
7.	Fase instrutória ou probatória.....	565
7.1	Audiência de instrução e julgamento .....	566
7.2	Provas.....	568
7.2.1	Produção antecipada da prova .....	574
7.2.2	Ata notarial .....	576
7.2.3	Depoimento pessoal .....	576
7.2.4	Confissão.....	578
7.2.5	Exibição de documento ou coisa .....	580
7.2.6	Prova documental.....	583
7.2.7	Arguição de falsidade .....	585
7.2.8	Documentos eletrônicos .....	587
7.2.9	Prova testemunhal .....	589
7.2.10	Prova pericial.....	593
7.2.10.1	Indeferimento e dispensa da prova pericial ...	594
7.2.10.2	Prova técnica simplificada .....	595
7.2.10.3	Perícia consensual.....	595
7.2.10.4	Procedimento .....	596
7.2.10.5	Requisitos do laudo pericial .....	600
7.2.10.6	Nova perícia.....	601
7.2.10.7	Responsabilidade do perito .....	601
7.2.10.8	Assistentes técnicos.....	601
7.2.10.9	Escusa, impedimento e suspeição.....	602
7.2.10.10	Substituição do perito.....	603
7.2.10.11	O juiz e o laudo pericial .....	604
7.2.11	Inspeção judicial .....	606
7.2.11.1	Procedimento .....	608

8.	Fase decisória.....	609
8.1	Considerações gerais.....	609
8.2	Conceito de sentença .....	610
8.3	Sentença terminativa.....	610
8.3.1	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito.....	611
8.4	Sentença definitiva .....	615
8.5	Elementos essenciais da sentença.....	621
8.5.1	Ausência de fundamentação.....	621
8.6	Classificação e efeitos das sentenças definitivas .....	626
8.7	Conformação da sentença ao pedido.....	628
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i> .....	628
8.9	Sentença condicional .....	630
8.10	Sentença e fato superveniente.....	631
8.11	Modificação da sentença .....	632
8.12	Efeitos da sentença .....	633
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa .....	634
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade .....	637
8.15	Remessa necessária (art. 496) .....	638
9.	Coisa julgada .....	642
9.1	Introdução .....	642
9.2	Conceito de coisa julgada .....	643
9.3	Limites da coisa julgada.....	645
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada.....	646
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial .....	648
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada.....	650
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa .....	652
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas.....	653
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos .....	656
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i> .....	658
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	658
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas.....	658
9.6	Relativização da coisa julgada.....	660
9.7	Outros aspectos da coisa julgada.....	665
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512).....	667

10.1	Noções gerais .....	667
10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor ...	668
10.3	Liquidação na pendência de recurso .....	668
10.4	Procedimento .....	669
10.4.1	Liquidação por arbitramento .....	670
10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum .....	670
10.5	Outros aspectos da liquidação .....	671

<b>Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538) .....</b>	<b>673</b>
1. Introdução .....	673
2. Títulos executivos judiciais.....	674
3. Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença.....	680
3.1 Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes .....	683
4. Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	686
4.1 Procedimento.....	689
5. Cumprimento definitivo.....	690
5.1 Honorários advocatícios no cumprimento definitivo .....	694
5.2 Moratória legal e cumprimento de sentença.....	695
5.3 Impugnação (defesa do devedor) .....	696
5.3.1 Legitimidade.....	697
5.3.2 (Des)necessidade de prévia garantia do juízo .....	697
5.3.3 Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação.....	698
5.3.4 Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo.....	704
5.3.5 Alegação de fato superveniente.....	705
6. Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos .....	707
6.1 Introdução .....	707
6.2 Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão .....	709
6.3 Cumprimento da sentença pela expropriação de bens.....	711
6.4 Cumprimento da sentença mediante desconto em folha.....	712
6.5 Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios.....	713
6.6 Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios....	713
6.7 Abandono material.....	715
7. Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	716
7.1 Introdução .....	716

7.2	Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública .....	717
7.2.1	Pagamento por meio de precatório .....	717
7.2.2	Pagamento por meio de RPV .....	719
7.2.3	Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988.....	721
7.3	Procedimento.....	722
7.3.1	Impugnação e condenação em honorários.....	723
7.3.1.1	Honorários na execução invertida.....	724
7.3.1.2	Honorários nas condenações em ações coletivas.....	724
8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer .....	725
8.1	Cumprimento provisório da multa .....	727
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa .....	729
9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização .....	729
3.	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009.....	731
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis.....	731
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	733
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001).....	733
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009).....	734
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	735
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis .....	737
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis.....	739
4.1	Considerações gerais.....	739
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995) ...	739
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001) ...	743
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais.....	746
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	748
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual .....	749
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	750
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	751
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	752

6. Capacidade postulatória .....	753
7. Intervenção de terceiro e litisconsórcio .....	755
7.1 Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	755
7.1.1 Procedimento .....	757
8. Intervenção do Ministério Público.....	758
9. Medidas de urgência.....	759
10. Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis .....	760
10.1 Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais.....	761
10.2 Os atos processuais nos Juizados Especiais federais .....	761
10.3 Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública....	762
11. Extinção do processo sem resolução do mérito.....	762
12. Sequência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais.....	763
12.1 Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais.....	763
12.2 Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais .....	765
12.3 Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública....	766
13. Recursos cabíveis .....	767
13.1 Considerações gerais.....	767
13.2 Recurso inominado contra sentença (apelação) .....	768
13.3 Embargos de declaração contra sentença ou acórdão .....	770
13.4 Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela.....	772
13.5 Recurso extraordinário .....	773
13.6 Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência....	774
14. Outros meios de impugnação das decisões .....	778
15. O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	782
16. Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo...	783
17. Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais .....	786
17.1 Juizados Especiais estaduais.....	786
17.2 Juizados Especiais federais .....	788
17.3 Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	790

## Parte Especial

### Parte III – Procedimentos Especiais

Procedimentos especiais (arts. 539 a 770) .....	801
1. Introdução .....	801
2. Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549) .....	802

2.1	Noções gerais .....	802
2.2	Hipóteses autorizadoras da consignação.....	805
2.3	Objeto da consignação em pagamento.....	807
2.4	Modalidades de consignação .....	808
	2.4.1 Consignação extrajudicial.....	808
	2.4.2 Consignação judicial .....	810
2.5	Legitimidade para a ação de consignação .....	811
	2.5.1 Legitimidade ativa.....	811
	2.5.2 Legitimidade passiva .....	812
2.6	Foro competente.....	812
2.7	Procedimentos da consignação .....	813
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	813
	2.8.1 Consignação de prestações sucessivas.....	814
	2.8.2 Valor da causa.....	815
	2.8.3 Citação.....	815
	2.8.4 Atitudes do réu .....	815
	2.8.5 Respostas do réu.....	816
	2.8.6 Complementação do depósito.....	817
2.9	Instrução .....	817
2.10	Sentença .....	818
2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	818
	2.11.1 Consignação principal e consignação incidente.....	818
	2.11.2 Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito .....	819
	2.11.3 Resgate de aforamento.....	819
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	823
	3.1 Noções gerais .....	823
	3.2 Legitimidade .....	823
	3.3 Competência .....	824
	3.4 Procedimento.....	824
	3.4.1 Primeira fase.....	826
	3.4.1.1 Respostas possíveis .....	826
	3.4.1.2 Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas .....	828
	3.4.2 Segunda fase .....	829
	3.4.3 Sucumbência na ação de exigir contas.....	831
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568).....	833
	4.1 Noções gerais sobre a posse .....	833

4.2	Natureza jurídica da posse .....	835
4.3	Classificação da posse .....	836
4.4	Proteção possessória .....	837
4.4.1	Uma pitada de história .....	837
4.4.2	O juízo possessório e o juízo petitório .....	837
4.4.3	Ações possessórias típicas.....	839
4.4.4	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	841
4.4.5	Outros mecanismos para a tutela da posse.....	843
4.5	Fungibilidade das possessórias .....	844
4.6	Natureza dúplice das ações possessórias .....	844
4.7	Procedimento das ações possessórias.....	845
4.7.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	845
4.7.2	Competência.....	846
4.7.3	Petição inicial.....	847
4.7.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental.....	849
4.7.4.1	Justificação prévia .....	851
4.7.5	Respostas do réu.....	851
4.7.5.1	Reconvenção.....	853
4.7.5.2	A exceção de domínio .....	853
4.8	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos.....	855
4.9	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel.....	856
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598) .....	861
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação .....	861
5.2	Procedimento da ação demarcatória .....	862
5.3	Procedimento da ação divisória .....	864
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública .....	865
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609) .....	866
6.1	Introdução .....	866
6.2	Objeto.....	867
6.3	Legitimidade .....	868
6.4	Competência .....	869
6.5	Procedimento.....	869
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673) .....	872

7.1	Introdução .....	872
7.2	Espécies de inventário.....	874
7.3	Inventário negativo.....	874
7.4	Inventário extrajudicial.....	875
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial.....	876
7.5.1	Legitimidade.....	876
7.5.2	Competência.....	878
7.5.3	Intervenção do Ministério Público.....	879
7.5.4	Petição inicial.....	879
7.5.5	Administração provisória e inventariança.....	880
7.5.6	Primeiras declarações.....	882
7.5.7	Citação.....	883
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações.....	883
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações.....	884
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança .....	885
7.5.11	Colaço e sonegação.....	885
7.6	A partilha propriamente dita .....	886
7.6.1	Sobrepartilha .....	888
7.6.2	Invalidação da partilha.....	888
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro.....	889
7.7	Procedimento do arrolamento sumário .....	889
7.8	Procedimento do arrolamento comum .....	891
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681).....	896
8.1	Noções gerais .....	896
8.2	Legitimidade para os embargos.....	897
8.2.1	Legitimidade ativa.....	897
8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador.....	900
8.2.2	Legitimidade passiva .....	901
8.3	Competência .....	902
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro .....	902
8.5	Procedimento.....	903
8.5.1	Petição inicial.....	903
8.5.2	Da liminar .....	904
8.5.3	Citação.....	905
8.5.4	Contestação.....	905
8.5.5	Sentença .....	905



8.6	Outras questões processuais.....	906
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica.....	906
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes.....	907
9.	Oposição (arts. 682 a 686).....	912
9.1	Introdução.....	912
9.2	Aspectos da oposição.....	912
9.3	Procedimento.....	912
10.	Habilitação (arts. 687 a 692).....	913
10.1	Considerações gerais.....	913
10.2	Aspectos do procedimento da habilitação.....	914
11.	Ações de família (arts. 693 a 699).....	915
11.1	Introdução.....	915
11.2	Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010.....	916
11.2.1	Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010.....	918
11.3	Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos....	919
11.3.1	Legitimidade e intervenção de terceiros.....	921
11.3.2	Contestação.....	921
11.3.3	Reconvenção.....	922
11.3.4	Revelia.....	923
11.3.5	Tutelas provisórias.....	924
11.3.6	Sentença.....	924
11.4	Implicações da dissolução matrimonial.....	925
11.4.1	O nome de casado.....	925
11.4.2	Os alimentos.....	926
11.4.3	Guarda dos filhos.....	927
11.5	Reconhecimento e extinção de união estável.....	928
11.5.1	União estável como entidade familiar.....	928
11.5.2	Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável.....	929
11.5.3	Extinção da união estável.....	931
11.6	Guarda, visitação e filiação.....	933
11.6.1	A questão da guarda compartilhada.....	933
11.7	Especificidades das ações de família.....	934
11.7.1	Foro competente.....	934
11.7.2	Incentivo à conciliação e mediação.....	935
11.7.3	Citação.....	936
11.7.4	Intervenção do Ministério Público.....	936
11.7.5	Alienação parental.....	937

12. Ação monitória (arts. 700 a 702) .....	939
12.1 Introdução .....	939
12.2 Natureza jurídica da ação monitória.....	941
12.3 Legitimidade e interesse de agir .....	943
12.4 Prova documental como pressuposto da tutela monitória .....	945
12.5 Objeto da ação monitória .....	949
12.6 Competência .....	949
12.7 Procedimento.....	950
12.7.1 Petição inicial.....	950
12.7.2 Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitório .....	950
12.7.3 Citação.....	951
12.7.4 Respostas possíveis do devedor.....	952
12.7.5 Natureza jurídica dos embargos monitórios.....	953
12.7.6 Processamento dos embargos.....	954
12.8 Sentença .....	955
12.9 Coisa julgada .....	957
12.10 Execução.....	959
12.11 Outras questões processuais.....	959
12.11.1 Possibilidade de ajuizamento de ação monitória em face da Fazenda Pública .....	959
12.11.2 Ação monitória contra incapazes.....	960
12.11.3 Ação monitória contra massa falida e devedor insol- vente.....	961
12.11.4 Litigância de má-fé .....	962
13. Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706).....	964
13.1 Introdução .....	964
13.2 Homologação judicial .....	965
13.3 Homologação extrajudicial .....	966
14. Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711) .....	967
15. Restauração de autos (arts. 712 a 718) .....	970
16. Procedimentos especiais extintos com o novo CPC .....	973
2. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770) .....	975
1. Disposições Gerais.....	975
1.1 Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária.....	977
1.2 Procedimentos previstos no art. 725.....	980
2. Notificação e interpelação (arts. 726 a 729) .....	983

3. Alienações judiciais (art. 730).....	984
4. Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734).....	985
4.1 Noções gerais .....	985
4.1.1 A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges? .....	986
4.1.2 Manutenção da separação judicial e extrajudicial .....	989
4.2 Separação judicial consensual.....	992
4.3 Divórcio judicial consensual .....	992
4.4 Extinção consensual de união estável .....	993
4.5 Alteração do regime de bens do matrimônio .....	994
4.6 Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável .....	997
4.6.1 Petição inicial.....	997
4.6.2 Tentativa preliminar de reconciliação .....	998
4.6.3 Sentença .....	999
4.7 Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais .....	1000
4.7.1 Generalidades.....	1000
4.7.2 Via administrativa: faculdade ou imposição? .....	1001
4.7.3 As formalidades da escritura pública .....	1003
4.7.3.1 Conteúdo da escritura pública .....	1003
4.7.3.2 Efeitos da escritura.....	1005
4.7.4 Presença do advogado .....	1005
4.7.5 Condições para o acesso à via extrajudicial.....	1006
4.7.6 Atuação do Ministério Público .....	1006
4.7.7 O papel do tabelião .....	1006
5. Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	1011
6. Herança jacente (arts. 738 a 743).....	1014
7. Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745).....	1016
7.1 Disposições suprimidas pelo novo CPC.....	1017
8. Das coisas vagas (art. 746) .....	1019
9. Da interdição (arts. 747 a 758) .....	1020
9.1 Considerações gerais.....	1020
9.2 Procedimento da interdição.....	1023
9.2.1 Competência.....	1023
9.2.2 Legitimidade.....	1024
9.2.3 Petição inicial.....	1026

9.2.4	Citação e demais atos do processo.....	1027
9.2.5	Levantamento da curatela.....	1029
9.2.6	Interdição parcial .....	1030
9.3	Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763) .....	1030
10.	Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765).....	1032
10.1	Elaboração, aprovação e alteração do estatuto.....	1032
10.2	Extinção da fundação.....	1033
11.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770).....	1035
11.1	Noções gerais .....	1035
11.2	Procedimento.....	1035

## Parte Especial

### Parte IV – Processo de Execução

1.	Teoria geral da execução (arts. 771 a 796).....	1039
1.	Introdução .....	1039
2.	Tutela executiva.....	1041
3.	Competência para a execução.....	1043
3.1	Modificação ou prorrogação da competência .....	1044
3.2	Prevenção do juízo executivo.....	1045
3.3	Declaração de incompetência na execução.....	1046
3.4	Conflito de competência na execução .....	1046
4.	A ação de execução.....	1047
4.1	Requisitos processuais da ação executiva.....	1047
4.1.1	Legitimidade para a execução .....	1048
4.1.2	Interesse processual para a execução.....	1049
4.2	Princípios da execução.....	1051
5.	Requisitos ou pressupostos processuais da execução.....	1052
5.1	Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento.....	1053
5.2	Pressupostos específicos do processo executivo.....	1054
6.	Títulos executivos .....	1055
7.	Cumulação de execuções .....	1061
8.	Atos do processo executivo .....	1062
9.	Partes na execução.....	1063
9.1	Posição do cônjuge ou companheiro na execução .....	1067

9.2	Sucessão processual na execução.....	1068
9.3	Litisconsórcio na execução.....	1069
10.	Intervenção de terceiros no processo de execução.....	1070
11.	Responsabilidade patrimonial.....	1074
11.1	Responsabilidade originária.....	1074
11.2	Responsabilidade secundária.....	1074
11.3	Responsabilidade envolvendo direito de superfície.....	1076
11.4	Fraude à execução.....	1077
11.4.1	Fraude à execução e bem não sujeito a registro.....	1079
11.4.2	Efeitos da alienação.....	1080
11.4.3	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	1080
11.4.4	Fraude à execução x fraude contra credores.....	1081
12.	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	1082
	<b>Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....</b>	<b>1089</b>
1.	Introdução.....	1089
2.	Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	1092
2.1	Execução para entrega de coisa certa.....	1092
2.2	Execução para entrega de coisa incerta.....	1093
3.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823).....	1095
3.1	Considerações gerais.....	1095
3.2	Execução das obrigações de fazer.....	1095
3.3	Execução das obrigações de não fazer.....	1097
4.	Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	1099
4.1	Considerações gerais.....	1099
4.2	Proposição da ação de execução.....	1099
4.2.1	Averbação da execução nos registros públicos.....	1100
4.3	Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora.....	1102
4.3.1	Impenhorabilidade.....	1107
4.3.2	Aspectos importantes relativos ao bem de família.....	1116
4.3.3	Indicação de bens à penhora.....	1123
4.3.4	Penhora por termo nos autos.....	1126
4.3.5	Arresto ou penhora <i>on-line</i> .....	1127
4.3.6	Penhora sobre bem indivisível.....	1135
4.3.7	Penhora de créditos.....	1136
4.3.7.1	Penhora no rosto dos autos.....	1137
4.3.7.2	Penhora de mão própria.....	1137

4.3.8	Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas .....	1138
4.3.9	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	1138
4.3.10	Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	1140
4.3.11	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	1141
4.3.12	Avaliação dos bens penhorados .....	1143
4.3.13	Intimação da penhora .....	1144
4.3.14	Substituição da penhora.....	1148
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora .....	1150
4.4	Expropriação .....	1151
4.4.1	Adjudicação .....	1152
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial) .....	1155
4.4.2.1	Atos preparatórios .....	1158
4.4.2.2	Do leilão .....	1161
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação .....	1165
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação.....	1166
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação.....	1168
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante.....	1170
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos.....	1170
4.5	Satisfação do crédito.....	1171
4.5.1	Pagamento parcelado.....	1172
4.5.2	Concurso de preferência .....	1173
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados .....	1174
5.	Execução contra a fazenda pública (art. 910) .....	1181
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública .....	1182
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913).....	1186
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980).....	1189
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973).....	1201
8.1	Noções gerais .....	1201
8.2	Caracterização da insolvência.....	1202
8.3	Legitimação para a insolvência.....	1204
8.4	Competência para a insolvência .....	1204
8.5	Procedimento da insolvência.....	1204
8.5.1	Etapa de conhecimento .....	1205

8.5.2	Etapa da administração .....	1206
8.5.3	Etapa da liquidação .....	1208
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência .....	1209

<b>Embargos do executado (arts. 914 a 920) .....</b>	<b>1211</b>
1. Noções gerais, conceito e natureza jurídica .....	1211
2. Embargabilidade da execução .....	1212
3. Legitimidade e prazo para os embargos do executado .....	1213
4. Juízo competente .....	1215
5. Embargos à execução .....	1216
5.1 Matérias argúveis nos embargos à execução .....	1216
5.2 Procedimento dos embargos .....	1220
5.2.1 Postulação .....	1220
5.2.2 Cognição preliminar .....	1222
5.2.3 Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos .....	1225
5.2.4 Atribuição de efeito suspensivo aos embargos .....	1226
5.2.5 Impugnação aos embargos .....	1228
5.2.6 Audiência e julgamento dos embargos .....	1229
5.3 Parcelamento do objeto da execução .....	1230
6. Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos .....	1231

<b>Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925) .....</b>	<b>1239</b>
1. Suspensão e extinção do processo de execução .....	1239
1.1 Da suspensão do processo executivo .....	1239
1.2 Da extinção da execução .....	1241
1.3 Prescrição intercorrente .....	1242
1.3.1 Prescrição intercorrente e necessidade de intimação pessoal .....	1246

## Parte Especial

### Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

<b>Precedente judicial (arts. 926 e 927) .....</b>	<b>1251</b>
1. Introdução .....	1251
2. Precedentes .....	1251

2.1	Noções fundamentais.....	1251
2.1.1	<i>Common law, civil law e stare decisis</i> .....	1251
2.1.2	<i>Civil Law</i> e a questão da segurança jurídica .....	1254
2.1.3	A convivência com o <i>stare decisis</i> .....	1255
2.1.4	Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distin-</i> <i>guishing</i> .....	1256
2.1.5	Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões .....	1257
2.2	A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro .....	1260
2.3	A força normativa dos precedentes no novo Código de Processo Civil .....	1261
2.3.1	Fundamentação das decisões judiciais.....	1262
2.3.2	Uniformização da jurisprudência .....	1262
2.3.3	Precedentes obrigatórios.....	1265
2.3.4	Precedentes e julgamento de improcedência liminar .....	1269
2.3.5	Precedentes e reclamação constitucional.....	1270
2.4	Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no novo CPC.....	1270
<b>2.</b>	<b>Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 e 993)</b> .....	<b>1275</b>
1.	Introdução .....	1275
2.	Ordem dos processos nos tribunais .....	1276
2.1	Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tri- bunais .....	1276
2.2	Das atribuições do relator.....	1278
2.3	Da preparação e do julgamento.....	1282
3.	Processos de competência originária dos tribunais .....	1288
3.1	Incidente de assunção de competência (art. 947) .....	1288
3.1.1	Noções gerais.....	1288
3.1.2	Requisitos.....	1288
3.1.3	Procedimento .....	1289
3.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950).....	1290
3.2.1	Noções gerais.....	1290
3.2.2	Legitimidade e momento para arguição da inconstitu- cionalidade.....	1291
3.2.3	Procedimento .....	1292
3.2.4	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	1293



3.3	Conflito de competência (arts. 951 a 959) .....	1295
3.4	Homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória (arts. 960 a 965) .....	1295
3.4.1	Noções gerais e inovações do novo CPC .....	1295
3.4.2	Execução de medidas de urgência .....	1297
3.4.3	Requisitos e competência.....	1298
3.4.4	Procedimentos.....	1299
3.4.5	Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira.....	1299
3.5	Ação rescisória (arts. 966 a 975).....	1301
3.5.1	Considerações gerais .....	1301
3.5.2	Decisão de mérito .....	1303
3.5.3	Natureza jurídica da ação rescisória.....	1305
3.5.4	Pressupostos da ação rescisória.....	1305
3.5.5	Rescisão x anulação do julgado.....	1316
3.5.6	Competência.....	1317
3.5.7	Legitimidade ativa.....	1318
3.5.8	Legitimidade passiva .....	1320
3.5.9	Prazo .....	1321
3.5.10	Procedimento da ação rescisória .....	1324
3.5.10.1	Petição inicial (art. 968) .....	1324
3.5.10.2	Depósito prévio.....	1327
3.5.10.3	Valor da causa.....	1328
3.5.10.4	Rescisão do julgado ( <i>iudicium rescindens</i> ) e reju­l­gamento da demanda ( <i>iudicium rescisori­um</i> ).....	1329
3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescindenda.....	1331
3.5.12	Defesa do réu.....	1332
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória .....	1333
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória.....	1333
3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987).....	1342
3.6.1	Para uma melhor compreensão do instituto .....	1342
3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos .....	1346
3.6.3	Procedimento .....	1347
3.6.4	Suspensão dos processos.....	1349
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados.....	1350

3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso .....	1350
3.6.7	Tese paradigma e força normativa.....	1351
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993).....	1353
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto .....	1353
3.7.2	Procedimento da reclamação no novo CPC.....	1356
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias.....	1359
3.	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008) .....	1361
1.	Teoria geral dos recursos .....	1361
1.1	Conceito.....	1361
1.2	Espécies e classificação dos recursos .....	1362
1.3	Princípios fundamentais dos recursos.....	1363
1.3.1	Duplo grau de jurisdição.....	1363
1.3.2	Taxatividade.....	1364
1.3.3	Singularidade.....	1364
1.3.4	Fungibilidade.....	1365
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1367
1.3.6	Voluntariedade .....	1369
1.3.7	Dialeticidade.....	1369
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade .....	1371
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	1372
1.4.1	Cabimento.....	1374
1.4.2	Legitimidade.....	1375
1.4.3	Interesse.....	1377
1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos.....	1379
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso .....	1379
1.4.4	Tempestividade.....	1381
1.4.5	Preparo .....	1386
1.4.6	Regularidade formal .....	1389
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer.....	1390
1.5	Efeitos dos recursos.....	1390
1.5.1	Efeito devolutivo .....	1390
1.5.2	Efeito translativo .....	1391
1.5.3	Efeito suspensivo.....	1392
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1393
1.6	Alcance do recurso do litisconsorte .....	1394
1.7	Recurso adesivo .....	1394

<b>Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044)</b> .....	1401
<b>1. Apelação (arts. 1.009 a 1.014)</b> .....	1401
1.1 Conceito.....	1401
1.2 Extinção do agravo retido e apelação no novo CPC.....	1402
1.2.1 O agravo retido no CPC/1973.....	1403
1.2.2 A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias .....	1404
1.3 Efeitos da apelação .....	1405
1.3.1 Efeito devolutivo e translativo.....	1405
1.3.2 Aplicação da teoria da causa madura.....	1407
1.3.3 Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação .....	1409
1.3.4 Efeito suspensivo.....	1409
1.4 Procedimento na apelação .....	1414
1.4.1 Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial.....	1415
1.4.2 Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332.....	1415
1.4.3 Substitutivo dos embargos infringentes.....	1416
<b>2. Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020)</b> .....	1420
2.1 Noções gerais .....	1420
2.2 Hipóteses de cabimento.....	1421
2.2.1 O rol das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento é taxativo ou exemplificativo? .....	1425
2.3 Procedimento.....	1426
2.3.1 Prazo e formação do instrumento .....	1426
2.3.2 Comunicação ao juízo de primeiro grau .....	1429
2.3.3 Procedimento no tribunal.....	1430
2.3.4 Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de retratação.....	1431
<b>3. Agravo interno (art. 1.021)</b> .....	1434
<b>4. Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026)</b> .....	1437
4.1 Conceito e cabimento .....	1437
4.2 Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1440
4.3 Embargos para efeito de prequestionamento .....	1440
4.4 Procedimento.....	1442
4.4.1 Intempestividade por prematuridade.....	1443
4.5 Efeitos.....	1444

4.6	Embargos manifestamente protelatórios.....	1445
5.	Recurso ordinário (art. 1.027).....	1447
5.1	Conceito e cabimento .....	1447
5.2	Procedimento .....	1449
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035) .....	1451
6.1	Aspectos em comum.....	1451
6.1.1	Juízo de admissibilidade.....	1453
6.1.2	Vício formal em RE e REsp.....	1455
6.1.3	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1456
6.1.4	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1457
6.1.5	Efeito devolutivo do RE e do REsp.....	1457
6.1.6	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibilidade.....	1458
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1460
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário.....	1461
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial .....	1463
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário.....	1465
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041).....	1468
6.6.1	Particularidades do sobrestamento .....	1471
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042)...	1472
8.	Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044).....	1477
8.1	Noções gerais .....	1477
8.2	Cabimento .....	1478
8.3	Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordinário .....	1479

## Parte VI - Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único - Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072).....	1485
1. Introdução .....	1485
2. A <i>vacatio legis</i> do novo CPC.....	1485
3. Aplicação do novo CPC aos processos em curso .....	1487
3.1 Processos regulados pelo CPC/1939.....	1488
4. Processos com tramitação prioritária (art. 1.048).....	1490

5. Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051).....	1491
6. Insolvência civil.....	1491
7. Regras especiais de transição.....	1491
7.1 As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do novo CPC .....	1491
7.2 Prescrição intercorrente.....	1492
7.3 Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional.....	1493
7.4 Depósitos judiciais .....	1494
7.5 Tutela provisória contra a Fazenda Pública .....	1495
8. Alterações legislativas.....	1495
8.1 Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.....	1495
8.2 Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem ....	1496
8.3 Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais.....	1496
8.3.1 Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais.....	1497
8.3.2 Embargos de declaração.....	1498
8.4 Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.....	1499
9. Dispositivos revogados.....	1501
10. Usucapião administrativo ou extrajudicial.....	1504
10.1 Competência .....	1504
10.2 Requerimento da parte interessada.....	1504
10.3 Procedimento.....	1506
10.4 Não obrigatoriedade da via administrativa.....	1507
10.5 Intervenção do Ministério Público .....	1507
Referências bibliográficas .....	1509

**Nota da Editora:** as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).